

## Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoies@ufes.br

/// É preciso aproximar os tempos do social e da polícia. As gangues afetam a vida, disseminam medo e comprometem a operação de equipamentos públicos

### Ocupação só social?

Integrar as dimensões da prevenção e da repressão em um bairro é o alvo que deveria ser mirado na política de segurança. Contudo, nos debates sobre violência e nos projetos que procuram minorá-la, ainda é frequente a dissociação entre essas duas dimensões, indo desde a contraposição entre elas até a opção privilegiada por uma delas.

Essa dissociação é reiterada quando se estabelece a segmentação entre políticas sociais e culturais, associadas à prevenção, e a atuação policial, ligada à repressão. Desde o fim da ditadura militar-civil, e por causa dela, persiste, ainda que atenuada, a dificuldade das “forças progressistas” de formular e de, principalmente, executar uma política de segurança.

As diferentes expressões da violência e os tráficos de drogas e armas cresceram exponencialmente nas grandes cidades e se espalharam para todo o território nacional, em grande parte devido à ausência de ações articuladas do poder estatal – paralisadas nos governos democráticos pela contraposição indevida entre políticas sociais e ações policiais.

Devido a isso, sem a prevenção social necessária e com uma repressão policial

inadequada à democracia, a violência prosperou, até tornar-se insuportável. A situação-limite a que chegou o Rio de Janeiro mostra a banalização da vida, a corrosão dos poderes estatais – e a defesa social de medidas cada vez mais “duras”.

Lá, a tardia, mas única resposta estadual em tempo de democracia ocorreu há menos de uma década mediante a ocupação inicial dos territórios com forte inserção dos comandos dos tráficos mediante forças policiais centradas nas UPPs, as conhecidas Unidades de Polícia Pacificadora.

Esperava-se, assim, retomar o controle territorial dos complexos de favelas. Em seguida, viriam as ações sociais e culturais – que demoraram mais que o desejado ou não aconteceram. Essa é uma das constatações das avaliações das UPPs, contribuindo para o retorno dos tráficos.

No Espírito Santo, a ênfase no social indica uma inversão das UPPs? Persiste a dissociação? Apesar das diferenças entre os Estados, quais as propostas de repressão nos bairros em que a inserção de gangues de jovens é significativa? É preciso aproximar os tempos do social e da polícia. Essas gangues afetam a vida, disseminam medo e comprometem a operação de equipamentos públicos.

Em vez de uma ocupação social única, por que não entrelaçar, dependendo dos bairros, prevenção e repressão em proporções diferenciadas? É preciso evitar repetições.